

O DILEMA DA ASSESSORIA EM ASSENTAMENTOS RURAIS: ENTRE O IDEAL CONCEBIDO E O REAL PRATICADO

Aldenôr Gomes da Silva¹
Joaquim Pinheiro de Araújo²

Resumo

A volta do tema da reforma agrária está no bojo das conseqüências da modernização da agricultura no tocante à exclusão social e produtiva de parcelas da população rural que não conseguiu se inserir nas novas dinâmicas sociais e produtivas. A alternativa foi buscar formas para continuar no espaço rural. Mesmo que insuficiente, a reforma agrária tem propiciado uma série de políticas para esse setor, entre elas, a assessoria aos assentamentos rurais. Criado em 1997 para assessorar as famílias assentadas pelo INCRA, o Projeto Lumiar, objetivava viabilizar os assentamentos em uma lógica ainda muito centrado no produtivismo e já com a marca da transitoriedade para suprir a demanda criada pelo aumento de assentamentos. Em 2004, o INCRA, lança a Ates. Comparada ao Lumiar, esse programa tem alguns avanços de concepção: leva em consideração os agroecossistemas, busca novos enfoques metodológicos e tem como norte a agroecologia. Temos como tese a evidência, no Lumiar e Ates, que, entre o ideal concebido e o real praticado existe um grande abismo. A conquista de uma assessoria efetiva aos assentamentos está em aberto, sua construção será um processo de longa duração, dependendo dos avanços e recuos da reforma agrária. Mas, um fator decisivo será a

¹ Engenheiro Agrônomo, Dr. em Economia e Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFRN. E-Mail: aldenor@ufrnet.br; Endereço: R. Ismael Pereira da Silva, 1472 / Apto. 301 - Capim Macio - 59028-000 - Natal/RN.

² Engenheiro Agrônomo e doutorando em Ciências Sociais – UFRN. E-Mail: joaquim_rn@uol.com.br

vitalidade dos estudiosos, entidades e movimentos em construir ações que conquistem a sociedade.

Palavras-chave: assessoria em assentamentos rurais; desenvolvimento rural; reforma agrária

RURAL TOURISM, INCOME AND WELFARE: A STUDY ABOUT FAMILIAR FARMERS AT “SALVADOR DO SUL”, RS

Abstract

The return of the agrarian reform is in the bulge of the consequences of the modernization of agriculture in the moving one to the social and productive exclusion of parcels of the agricultural population that did not obtain to insert itself in the new social and productive dynamic. The alternative was to search forms to continue in the agricultural space. That exactly insufficient, the agrarian reform has propitiated a series of politics for this sector, between them, the assessorship to the agricultural nestings. Created in 1997 to assist the families seated for the INCRA, Project LUMIAR, it objectified to make possible the nestings centered in the produtivism and already it was born with the mark of the transitoriety to supply the demand created for the increase of nestings. In 2004, the INCRA, launches ATES it. Compared with the Lumiar, this program has some advances of conception: it takes in consideration agroecossistemas, it searches new approaches metodological and it has as north the agroecology. We have as thesis the evidence, in the Lumiar and ATES, that, between the conceived ideal and the practised real a great abysm exists. The conquest of an assessorship accomplishes to the nestings in is opened, its construction will be a process of long duration, depending on the advances and jibs of the agrarian reform. But, a decisive factor will be the vitality of the scholars, entities and movements in constructing actions that conquer the society.

Words-key: assessorship in rural nestings; rural development; the agrarian reformation.

1. Introdução

A volta da temática da reforma agrária na agenda brasileira a partir da década de 90 está no bojo das conseqüências negativas do processo de modernização da agricultura, principalmente no tocante à exclusão social e produtiva de uma significativa parcela da população rural que não conseguiu se inserir nas novas dinâmicas agrícolas baseado no tripé monocultura-mecanização-quimificação, nem fazer a migração com sucesso

para os centros urbanos. A alternativa foi buscar formas variadas para continuar no espaço rural, entre elas, lutar pela terra historicamente negada.

Mesmo que ainda insuficiente para contemplar as famílias que tem no acesso à terra a possibilidade para reconstrução de suas vidas e reinserção social, a reforma agrária em curso existente tem propiciado a um número significativo de famílias, acesso à terra bem superior ao minifúndio, marcante na agricultura familiar, principalmente na Região Nordeste. Além disso, o processo de multiplicação de assentamentos vem contribuindo para forjar uma série de políticas públicas para esse setor, entre elas, a assessoria técnica aos assentamentos rurais.

Criado para assessorar às famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA , o Projeto Lumiar surge em 1997, com o objetivo geral de, segundo documento governamental, “viabilizar os assentamentos, tornando-os unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional” (INCRA, 1998). Porém, esse Projeto já nasceu com data de validade definida. Foi um programa emergencial como resposta às reivindicações dos movimentos sociais, com ênfase para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que pleiteavam assistência técnica para os assentamentos.

Em março de 2004, em consonância com o II Plano Nacional de Reforma - PNRA, o Governo Federal, através do INCRA, lança a Assessoria Técnica, Social e Ambiental – Ates. Oficialmente, seu objetivo é assessorar técnica, social e ambientalmente os Projetos de Assentamentos criados pelo INCRA. Em comparação ao Projeto Lumiar, a Ates parece mostrar alguns avanços em termos de concepção, aproximando-se mais das propostas que fogem do produtivismo, acrescentando uma nova dimensão que leva em consideração às particularidades dos agroecossistemas. Propõe-se ser uma política de assessoria que busca novos enfoques metodológicos, priorizando a participação dos diferentes segmentos que compõem o assentamento e tendo como eixo norteador a agroecologia.

A agricultura familiar brasileira é tão diversificada que talvez seja um equívoco conceitual seguir tratando grupos com características e inserção socioeconômica tão distintas sobre a mesma definição – agricultura familiar, apenas porque tem um traço em comum – utiliza majoritariamente mão-de-obra familiar (BUAINAIN, 2007). Contudo, para

manter a sintonia acadêmica, manter-se-á essa denominação para nomear o segmento que abrange 85,2% do total dos estabelecimentos, sendo pouco mais de 50% (2.055 milhões) localizados no Nordeste, dos quais 1.215.558 geram nível de renda inferior à linha de pobreza, constituindo principalmente como reserva de mão-de-obra e em local de moradia, com uma pequena produção destinada ao autoconsumo.

Diante dessa heterogeneidade, nesse trabalho, optou-se pelos assentamentos rurais, frutos de processos de desapropriação por interesse social. Essas áreas reformadas é uma espécie de miniatura concreta do sonho histórico acalentado por várias gerações que se identificam com uma verdadeira reforma agrária. Essas áreas são frutos de um processo de retomada da luta pela democratização fundiária que rompa com os traços marcantes dessa polarização entre latifúndio e sem-terra/minifúndio que marcam toda a história, principalmente a região Nordeste.

Esse público que hoje reside nos assentamentos rurais, através de diferentes formas, resistiu ao processo de expulsão imposto pelo processo de modernização da agricultura e conquistou o acesso à terra e agora busca viabilizar alternativas para reconstituir, nesses novos territórios, suas vidas, seus laços familiares, além de espaço de trabalho para geração de renda e, no limite produzir para o autoconsumo.

Para que esses objetivos sejam alcançados, várias políticas públicas são conquistadas, tais como o crédito para a produção, políticas sociais, infra-estrutura e apoio técnico.

Neste trabalho, buscar-se-á focar nas políticas voltadas para a assessoria aos assentamentos, analisando até que ponto o conteúdo dessas políticas coincidem com a sua execução, assim como quais as motivações, estruturais e conjunturais, desse hiato entre o que foi pensado e o seu funcionamento.

Tem-se como pressuposto a evidência, tanto do Projeto Lumiar como da Ates, que, entre o ideal concebido e o real praticado, isto é, do que está proposto nos documentos oficiais e o funcionamento dessa política pública tem um enorme abismo. A possibilidade de funcionamento de uma assessoria em assentamentos rurais está em aberto e sua conquista certamente será um processo de longa duração, dependendo dos avanços e recuos da luta mais geral pela afirmação da reforma agrária. Para tanto, um fator decisivo será a vitalidade e criatividade de todo o movimento, diverso e plural, que envolve estudiosos, entidades de assessoria e os

próprios movimentos sociais em construir plataformas de ações que conquiste amplos setores da sociedade. A história mostra que, em última instância, é a pressão social que “convence” o poder público a realizar políticas populares, secularmente negadas.

2. Impasses da reforma agrária e impactos dos assentamentos constituídos

Como ilustra o quadro 1, os agricultores familiares podem ser caracterizados como ilhas em meio às médias e grandes propriedades (BUAINAIN, 2007). Essa concentração de terra e do poder não ensejou um ambiente favorável para o desenvolvimento local e para a agricultura familiar. Trata-se, em sua grande maioria, de minifúndios, cujo tamanho não é suficiente para permitir a reprodução da unidade familiar, confirmando a permanência e relevância da questão da posse da terra.

Quadro 1 – Agricultores familiares dos estabelecimentos segundo os grupos de área total

Grupo de área total	Área Média (em ha)
Menos de 5 ha	1,9
De 5 a 20 há	10,7
De 20 a 50 há	31,0
De 50 a 100 há	67,8
De 100 a 15 Módulos Regionais	198,0
Área Média	26,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE

Elaboração: Convênio FAO/INCRA

Um ponto de partida para compreender o significado estratégico da reforma agrária é romper com uma leitura que naturaliza essa realidade. A histórica concentração fundiária é fruto de disputas e decisões políticas entre manter ou romper com as estruturas socioeconômicas. No entanto, no mundo contemporâneo, vive-se um período marcado pela crise estrutural do

capital em que o desemprego atinge grandes contingentes das massas urbanas e rurais que são arrancadas dos seus meios de subsistência e jogadas no mercado de trabalho, formando um exército crescente de trabalhadores-sem-trabalho (MÉSZÁROS, 2002). Essa nova realidade dentro do processo de desenvolvimento do capitalismo recoloca a atualidade da reforma agrária.

Mesmo com o acelerado processo de urbanização nas últimas décadas, ainda se tem, no mundo, quase metade da humanidade vivendo no meio rural, na sua maioria, em condições precárias. Porém, o êxodo para os centros urbanos significa pouca possibilidade de inserção, pois os novos processos produtivos não têm mais relação com a absorção desse perfil de mão-de-obra. A urbanização se desgarrou da industrialização e da demanda de novos postos de trabalho (CORREA, 2007).

Outra marca atual que dar crédito a reforma agrária e a permanência dos camponeses no espaço rural são as preocupações crescentes com as causas ambientais e a qualidade de vida, contribuindo para a mudança de hábito: a imagem, o gosto, a qualidade e a procedência dos produtos ocupam uma maior atenção por parte da sociedade mundial, principalmente aquela com maior poder aquisitivo e educacional. Ela objetiva adquirir alimentos que estão sendo produzidos com técnicas que respeitem o meio ambiente e por processos produtivos que estejam contribuindo com o bem-estar de quem está produzindo. Nessa lógica, navegam os movimentos, como o de economia solidária, que propõem uma maior aproximação e cumplicidade entre produção e consumo.

Nessa perspectiva, o modo de produção agrícola baseado na revolução verde, com fortes impactos ambientais e sociais é cada vez mais questionado e abre espaço para tendências como a produção agroecológica, que é muito mais que a substituição de insumos químicos por naturais. A agroecologia é um movimento em ascensão, tendo como meta a sustentabilidade econômica e ecológica dos agroecossistemas (ROSSET, 2006).

No Brasil, também é possível perceber alguns avanços: aumento do número de famílias assentadas, Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – Pronaf, Projetos de Assessoria Técnica para os Assentamentos - Ates, preocupação com a preservação da biodiversidade e outras políticas de reconhecimento da agricultura de base familiar e camponesa.

Particularmente, em relação a reforma agrária, mesmo que insuficientes para a sua afirmação, as conquistas dos últimos anos têm muito significado. Por exemplo: famílias transitarem de sem-terra para assentadas tem um enorme simbolismo de conquista histórica, libertadora e de autonomia, além de abrir vazões para outras lutas e conquistas.

A pesquisa “Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas”, coordenada pelo CPDA/UFRJ – curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade e pelo NUAP – Núcleo de Antropologia da Política/Museu Nacional/UFRJ, envolvendo pesquisadores de várias universidades brasileiras, mostra uma ampliação das pressões sobre os poderes políticos locais, estaduais e federal, reivindicando políticas públicas. Esses assentamentos, ao mesmo tempo em que podem ser vistos como ‘ponto de chegada’ de um processo de luta pela terra, transformam-se em ‘ponto de partida’ para uma nova condição de vida, onde muita coisa está por fazer.

Portanto, a luta atual pela reforma agrária não é apenas pela democratização fundiária, que continua fundamental. Mas, junto com ela, se estende a necessidade do acesso e controle social de outros recursos naturais como a água, as sementes, as florestas, além de tecnologias adequadas às características de cada região e acessível para produções em pequenas escalas. É nesse sentido que a discussão sobre soberania alimentar vem se tornando cada vez mais estratégica para os movimentos sociais do campo. É a possibilidade das populações locais garantirem sua autonomia sobre o que devem plantar e como devem se alimentar (MEDEIROS, 2005).

2.1. Algumas vertentes analíticas dos assentamentos da reforma agrária

Assim como a questão da reforma agrária é permeada de polêmicas sobre sua importância e dimensão no desenho de um outro projeto de desenvolvimento que possibilite rompimentos com algumas características que marcam a história brasileira com sua estrutura agrária concentrada e suas influências na concentração da renda e do poder, a importância da agricultura familiar e os impactos dos assentamentos, frutos das desapropriações, também são carregadas de análises que nem sempre

convergem para o real quadro desse setor na agricultura e na própria vida rural.

Grosso modo, em relação aos assentamentos rurais, existem pelo menos duas argumentações, arroladas a seguir, que a nosso ver, merecem ser problematizadas.

A primeira, de setores ligados historicamente à luta pela reforma agrária, que generalizando a categoria dos agricultores familiares, colocam os assentamentos rurais no mesmo pacote daqueles que estão produzindo e inseridos em algumas cadeias produtivas e de comercialização como argumentação da viabilidade destes assentamentos. Nessa elaboração, esconde-se às razões do estágio em que se encontra esses assentamentos e a incapacidade, por parte do Estado, em fazer os investimentos em infraestrutura (social e produtiva) necessários para que eles criem condições para uma produção para a subsistência e a comercialização.

A segunda vertente tem como argumentação central a ineficiência e inviabilidade da reforma agrária. Isso porque, afirma, que após a constituição do assentamento e de vários investimentos feito pelo Estado, essas áreas continuam sem produção e as famílias dependentes das políticas assistenciais do Estado para sobreviver. Nesse caso, não tem sentido o Estado destinar políticas públicas para esses assentamentos objetivando torná-los espaço de produção.

Essas duas vertentes são problemáticas porque elas não partem do concreto, ou seja, da realidade complexa e heterogênea dos assentamentos e, dentro deles, das famílias que os compõem. São análises que se caracterizam pelos extremos: em um pêndulo, uma idealização quando toma como base dos agricultores familiares os setores mais dinâmicos e mais bem situados em aspectos como produção, acesso à tecnologia e mercados. No outro pêndulo, aquelas famílias que estão à margem, não conseguindo nem mesmo produzir para sua subsistência.

Acredita-se que um retrato mais preciso das áreas de assentamentos se caracteriza por uma diversidade de situações. Entre estes extremos, existe um significativo segmento intermediário, que a partir da conquista da terra e do acesso as políticas públicas existentes para os assentamentos, conquistaram uma mobilidade social que os colocam em um outro patamar e, além disso, com um porvir cheio de possibilidades. Isso não quer dizer que essas famílias não continuem passando por diversas dificuldades socioeconômicas.

Nesse sentido, merece prudência na análise para evitar afirmações generalizantes e descontextualizadas, inclusive quando não se visualizam as possibilidades latentes dos assentamentos em se transformarem em espaços com qualidades de vida bem superiores as condições atuais, com produção agrícola para o autoconsumo e venda do excedente, produzir para as localidades do entorno e outras ocupações não agrícolas como a prestação de serviços.

3. Repensando novos caminhos para a assessoria rural

Para uma melhor compreensão dos caminhos trilhados pelas diversas formas de assessoria rural, optou-se por fazer uma abordagem em três momentos: num primeiro momento, uma retrospectiva da origem desse serviço no Brasil e seu desenvolvimento, voltando-se para uma postura tecnicista, acrítica e repassador de pacotes tecnológicos, sem mediação com a complexidade da realidade local; num segundo momento - a necessidade de repensar e reconstituir uma concepção e prática para a assessoria rural; e, um terceiro momento - uma abordagem das iniciativas mais recentes de políticas públicas voltadas para os assentamentos como o Projeto Lumiar e a Ates. Essas experiências devem servir como ensaios para a consolidação de um novo serviço de assessoria para o meio rural brasileiro de caráter público, com controle social e de responsabilidade do Estado.

3.1. Uma visão telegráfica da experiência da extensão rural no Brasil

A Assistência Técnica e Extensão Rural foi implantada no Brasil em 1948. Em tese, voltada para o pequeno agricultor e com pretensão de transferir tecnologia para aumentar a produtividade nas comunidades rurais. Em 1954, surge a ANCAR – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Técnica, tendo como referência a ANCAR - MG.

O objetivo principal da criação da Extensão Rural foi impulsionar o desenvolvimento rural através da transferência de tecnologias como estratégia para aumentar a produção e a produtividade. Além disso, na

parte social, visava influenciar as famílias com novas práticas de higiene, cuidados com a saúde e noções de economia domésticas. Com o passar do tempo, essa idéia foi cedendo espaço para uma visão pretensamente apolítica que abordava o meio rural sem diferenciação. Nos anos sessenta acontece uma exagerada conjugação entre assistência técnica, transferência de tecnologia e crédito.

OLIVEIRA (1984) nos fala do fetichismo do Projeto, quando este passa a ser a chave universal como promessa para superar a condição de atraso da agricultura brasileira e miséria da maioria da população rural. Nesse processo, coloca o projetista em posição de superioridade técnica. Além disso, são criados, com destaque, os analistas de projetos.

A valorização exagerada dos projetos tem duas conseqüências negativas, presentes ainda hoje: primeira, a extensão rural deixa de ser considerada uma ação humanista e educadora, passando a predominar um viés tecnicista e produtivista em que os pacotes tecnológicos são aplicados nas diferentes regiões, desconsiderando particularidades ambientais e sociais; segunda, o fetiche do Projeto, visto como único modo de enfrentar a pobreza rural significou a exclusão ou a perda de importância de profissionais de outras áreas da extensão rural, diminuindo a capacidade de analisar a totalidade e a interseção dos problemas e potencialidades da realidade local.

No início dos anos 90 coincide a crise fiscal do Estado brasileiro com o desmonte dos serviços públicos, incluindo os órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural e o crescimento da luta pela reforma agrária e exigências por políticas efetivas para a Agricultura Familiar. Entre esses extremos, surgiram iniciativas como o Projeto Lumiar e Ates que serão abordadas mais adiante.

3.2. Buscando outros caminhos

A extensão rural no Brasil como alavanca da revolução verde coexistiu com algumas idéias e práticas de assessoria a comunidades rurais que buscavam romper com a visão dominante. Essas práticas, que serviram como germes para se pensar o destino dos camponeses, da agricultura e do próprio meio rural sobre um outro prisma, se apoiavam, principalmente, nos escritos e experimentos do educador Paulo Freire que compreendia o

extensionista como um trabalhador social que intervinha de forma dialógica e contextualizada na realidade. Para ele, a estrutura social que se vivia era uma totalidade e obra dos seres humanos, portanto a sua transformação também seria feita através da ação dos seres humanos. Isto significa que, para o profissional de assessoria, seu papel fundamental é ser agente de desenvolvimento, possibilitando aos produtores rurais se assumirem como sujeito da transformação e não objeto. Para isso, é necessário um profundo conhecimento e imersão na realidade em que atua, além de um contínuo processo de comunicação com o público que trabalha.

Para Freire (1978) o trabalhador social que opta pela mudança não manipula e não foge da comunicação, pelo contrário, a procura e vive. Assim: *“Ele - o trabalhador social – está convencido de que a declaração de que o homem é pessoa e como pessoa é livre não estiver associada a um esforço apaixonado e corajoso de transformação da realidade objetiva, na qual os homens se acham coisificados, então, esta é uma afirmação que carece de sentido”* (FREIRE, 1978, p 56).

ABRAMOVAY (1997), relatando um seminário nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, realizado em 1997, com participação de representantes dos trabalhadores rurais, empresas estaduais do setor e governo federal, sintetiza idéias consensualizadas entre os participantes que se constituem em importantes pistas para se pensar um novo modelo contemporâneo de serviço público de assessoria rural. Entre elas:

Missão: a Extensão Rural deve inserir sua ação em uma luta mais ampla como a busca de cidadania, do desenvolvimento sustentável, da participação, livre organização e ampliação do acesso ao conhecimento. Deve despertar o conjunto das energias locais capazes de valorizar o campo como espaço propício na luta contra a exclusão social.

Público: o trabalho da Extensão Rural não deve se restringir apenas àquele público capaz de dar respostas de imediato, prática dominante no Brasil, pelo menos, entre os anos 70 até a Nova República. O público da extensão é definido como o conjunto dos participantes das múltiplas iniciativas destinadas à valorização do espaço e das oportunidades locais de geração de renda e para as quais o extensionista tem uma contribuição importante.

Abrangência temática: que a especialidade disciplinar envolvida no processo possa ser trunfo, não um adversário. É fundamental evitar uma leitura fragmentada da realidade, priorizando a construção de diagnósticos que consigam, sem perder as particularidades, dar conta da totalidade.

Métodos: a prática da Extensão Rural deve ser norteadada por uma concepção que priorize o diálogo de saberes, uma constante descoberta coletiva entre os atores envolvidos. É certo que esse eixo metodológico é muito contraditório com a atual formação acadêmica limitada, autoritária e fragmentada.

Como já se afirmou, a extensão rural foi profundamente marcada por uma orientação política e metodológica em que prevaleceu uma concepção que, sob o manto do conhecimento científico/tecnológico e longe da neutralidade, trazia consigo fortes laços com grandes interesses econômicos à montante e à jusante dos processos produtivos. Isso significa, que para se pensar a emancipação social na atualidade é necessária, por parte dos vários campos do conhecimento, uma desfamiliarização com o pensamento dominante e um maior entrosamento com a nova epistemologia que emerge dos povos que resistiram ao processo de modernização conservadora da agricultura (BOAVENTURA, 2006).

3.3. As políticas de Assessoria aos Assentamentos

3.3.1. Projeto Lumiar: a retomada da assessoria rural

Objetivando assessorar as famílias assentadas pelo INCRA, o Projeto Lumiar, surgido em 1997, teve como base de sua implantação, além de outras iniciativas em torno da reforma agrária, uma confluência de fatores da conjuntura do período. Vale a pena destacar dois: primeiro, o Estado não consegue (ou não pretende) cumprir seu papel de impulsionador do desenvolvimento da agricultura familiar através de apoio efetivo à capacitação e assessoria rural. Volta sua atenção, quase que exclusivamente, para a agricultura patronal que consegue dar respostas às demandas imediatas da economia nacional.

Por outro lado, ganha força às reivindicações de diversos movimentos sociais que atuam no meio rural brasileiro que surpreendiam o Brasil e o mundo com suas vitalidades, tornando-se atores fundamentais para recolocar na agenda nacional a atualidade da questão agrária, a necessidade da reforma agrária e o reconhecimento estratégico da agricultura familiar como instrumento para se pensar uma nova proposta de desenvolvimento.

É nesse contexto contraditório, que o governo Fernando Henrique Cardoso - FHC teve que desenvolver várias ações para o público assentado, entre elas, a assessoria.

Em termos de funcionamento, o Projeto Lumiar propõe a construção de um sistema de co-gestão, inserindo as famílias nas diferentes fases da sua dinâmica, marcando uma diferença das formas anteriormente existentes. Além de seu caráter participativo, ele também inova ao experimentar uma forma de gestão descentralizada³.

A existência do Projeto Lumiar foi uma rica experiência para todos os setores, governamental e não-governamental. Pois, a partir da imersão de vários técnicos da área social e agrônômica, propiciou uma leitura mais profunda das realidades e empecilhos presentes no meio rural brasileiro. Inclusive, vários estudos acadêmicos foram elaborados a partir da experiência do Projeto Lumiar.

Ele contribuiu para a confluência de uma geração de profissionais, muitos provindos do Movimento Estudantil, que puderam vivenciar os múltiplos dilemas e possibilidades de avanço nos assentamentos. Em geral, a militância alternativa no movimento estudantil superou as lacunas na formação acadêmica, tanto do ponto vista técnico como social, que não davam conta da complexidade da agricultura familiar: diversidade na produção, pequena produção, baixa escolaridade da comunidade, precariedade das políticas públicas essenciais, baixo incremento tecnológico, necessidade de reforçar o trabalho coletivo, a questão da preservação ambiental, a introdução do crédito, entre outras. Essa nova postura do “extensionista” do Lumiar deveu-se, principalmente, pela possibilidade de serem contratados diretamente por organismos jurídicos ligados aos movimentos dos trabalhadores rurais e/ou por associações dos produtores dos próprios assentamentos dos projetos do INCRA.

Em parte, o Projeto Lumiar foi rompendo com um modelo conservador do extensionista, diferente daquele que chegava nas comunidades impondo seus “pacotes tecnológicos”, desconhecendo a realidade e o conhecimento dos agricultores; reduzindo a ação do profissional da área social a um trabalho meramente assistencial e de

³ A Gestão do Lumiar era realizada pelas comissões Nacional e Estaduais, compostas por entidades que representavam o governo (INCRA, Agências Financeiras, etc) e entidades representando os/as assentados (Concrab, Contag, etc.).

afirmação de um modelo de organização social, com clara separação e reforço dos papéis antagônicos entre homens e mulheres, valorizando-se em demasia o trabalho do homem em detrimento da ação produtiva das mulheres.

Em trabalho de avaliação do Projeto Lumiar⁴, realizado por uma equipe de consultores a partir de uma demanda do INCRA, foram constatados algumas fragilidades no programa: condições precária de trabalho, pouca internalização do Projeto pelo INCRA, a limitada formação e experiência dos técnicos, descontinuidade do processo de capacitação, pouco intercâmbio com a pesquisa e incertezas quanto à continuidade do Projeto. Essas limitações são importantes serem lembradas, pois, apesar de constatadas já no Lumiar, permanecem presentes na Ates. Isto significa que não é por falta de “enxergar” o problema, mas por incapacidade ou falta de prioridade, por parte do poder público, em enfrentar tais questões.

O Projeto Lumiar já nasceu com a marca da transitoriedade. Foi concebido como um programa emergencial para suprir a demanda criada pelo aumento do número de assentamentos em todo o país e a pressão para que este tivesse assessoria técnica. Portanto, para compreender o fim do Projeto Lumiar em 2000 é indispensável situar a conjuntura política de então. O vigor dos movimentos sociais, não era mais o mesmo quando o Lumiar foi implementado. O governo FHC, juntamente com setores contrários a reforma agrária, com destaque para a mídia, conseguiram corroer a legitimidade que essa bandeira tinha conquistado no período anterior.

Se no momento em que foi criado o Projeto Lumiar, o governo ia implementando a pauta gerada pelos movimentos, no seu final, era o governo que tomava a iniciativa do processo e, através de argumentos como excesso de gastos e denúncias de má gestão dos recursos, vai minando os instrumentos de avanço da reforma agrária, entre eles, o Projeto Lumiar.

3.3.2. Ates: a experiência em curso

Quatro anos após o término do Projeto Lumiar, foi posto em prática a proposta de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – Ates, através da

norma de execução N 39, de 30 de março de 2004, a cargo do INCRA e em consonância com o II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA.

De acordo com seu manual⁵, a Ates tem como objetivo geral “Assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas, nos Projetos de Reforma Agrária e Projetos de Assentamentos reconhecidos pelo INCRA, tornando-os unidades de produção estruturadas, com segurança alimentar garantida, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma ambientalmente sustentável.”

Ainda são objetivos dessa política de assessoria aos assentamentos: contribuir para a sua viabilidade econômica, na perspectiva do desenvolvimento territorial integrado e promover a adoção de metodologias participativas e de paradigmas baseados nos princípios da Agricultura Familiar, com foco na Agroecologia, Cooperação e Economia Popular Solidária, valendo-se de equipes multidisciplinares

Em comparação ao Projeto Lumiar, a Ates parece mostrar algumas diferenças em termos de concepção. Busca fazer uma demarcação com o paradigma da revolução verde, valorizando os conhecimentos, as realidades locais e os limites dos recursos naturais. Daí a agroecologia como referência norteadora.

Essas orientações que estão no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, coordenado pela Secretaria de Agricultura Familiar – SAF do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA sofre restrições em alguns dos seus aspectos. Debruçando-se sobre essa discussão Abramovay (2007) chama atenção para alguns aspectos que considera equivocados, entre os quais destaca a proposta de uma extensão de caráter setorial, exclusivamente agrícola. Essa afirmação realmente procede e soma-se às recomendações de um crescente número de trabalhos que enfocam essa temática, com ênfase para os resultados de pesquisas em todo o Brasil no âmbito do Grupo Rurbano⁶.

⁴ Projeto Lumiar: avaliação exploratória. Resultado da consultoria sob a coordenação do professor Danilo Marinho (UNB) para o então Ministério Extraordinário de Política Fundiária e INCRA, em 1999.

⁵ Manual Operacional da Ates: Brasília, 2004.

⁶ Para maiores detalhes sobre as pesquisas e produção acadêmica do Projeto Rurbano consultar sua *home-page* (<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.tlml>).

Contudo, e pelo seu grau de importância, é preciso relativizar um pouco essa questão para não se incorrer em generalizações e deixar de visualizar outras possibilidades de ocupação e geração de renda no meio rural, inclusive as já existentes. Ou, o que é pior, de se cair no outro extremo de se atribuir uma desimportância do setor agrícola, assim como seu potencial, investindo-se numa crença fatalística de que a desruralização seria uma tendência inelutável. Isto é, que o futuro da agricultura estaria traçado *a priori*, que ele se tornaria cada vez mais insignificante. Ou seja, de que a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura se constituiriam num processo de uniformização da sociedade que provocariam o fim de algumas particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais (GOMES DA SILVA, 2002). Ou, como bem explicita a Profª Nazaré Wanderley, quando afirma que no Brasil o rural se confunde com o atraso e deixa de existir sob a influência do progresso vindo da cidade. Quer dizer, o fim do rural era um resultado normal, previsível e mesmo desejável da modernização da sociedade (Wanderley, 1997).

Nessa abordagem, ficaria nas entrelinhas que não teria muito o que se fazer; não se precisaria perder tempo em mexer nas estruturas, o que, no limite, terminaria por se constituir em uma leitura conformista, resignada e determinista (teleológico), em que o fim já estaria previsto.

Ao mesmo tempo que não pode centrar no agrícola, é necessário muita atenção nesse setor, porque, como já enfatizado, a sociedade e os limites ambientais atuais demandam repensar o agrícola de um outro prisma quando comparado à revolução verde. Nesse sentido, significa a revalorização não apenas do espaço rural, mas também de um processo de re-significação que a agricultura de base familiar e camponesa pode dar para o desenvolvimento. Ela não deve ser pensada como uma atividade restrita para aqueles que não conseguiram um lugar ao sol da modernidade, dos que não conseguiram se escolarizar. Enfim, para os rústicos, com toda carga negativa que esse termo carrega. A produção agrícola, assim como todo o sistema agroalimentar continua sendo estratégico para os povos, comunidades e nações.

Nesse sentido, é possível pensar o agrícola positivamente, como atividade inteligente, complexa e criativa, muito além da especialização que torna os agricultores meros instrumentos dos processos produtivos, limitando-se a aplicar pacotes e ler as instruções contidas nas embalagens (CAPORAL, 2005). Além disso, os setores envolvidos com as atividades

agrícolas podem ser visto pelo prisma nobre, pois, ao mesmo tempo que produz alimentos para o autoconsumo e para a sociedade, seu trabalho de mexer e conviver com a natureza, faz da agricultura, co-responsável pelo destino da humanidade.

Uma outra pertinente consideração do Prof. Abramovay com referência às diretrizes estratégicas da PNATER, diz respeito à opção feita pelo poder público da agroecologia enquanto uma doutrina oficial de Estado. Com muita precisão diz Abramovay (2007, p. 7): “É como se o sistema público de saúde elegeesse a homeopatia como sistema de tratamento ou o Ministério da Fazenda escolhesse o Keynesianismo para orientar sua política”.

Pela importância desse debate, talvez valesse a pena pegar carona na observação de Abramovay e problematizar um pouco essa questão. Sem dúvida, é preciso que se tenha clareza que a definição da agroecologia como princípio orientador das ações do programa de assessoria rural pública para o segmento da agricultura familiar, não pode significar a exclusão daqueles agricultores que não optaram, por discordância ou desconhecimento, com os princípios dessa orientação tecnológica de produção. Inclusive, porque na proposta é salvaguardada a possibilidade de transição dos processos produtivos. Que isso não signifique uma camisa de força, mas uma chamada de atenção para uma estratégia alternativa, calcada em um balanço negativo do que a revolução verde provocou para os segmentos menos favorecidos dos produtores rurais. Portanto, é preciso esclarecer que optar, nesse caso, pela agroecologia, não significa excluir outros manejos produtivos, mas tentar privilegiar aquele que é visto como mais viável em termos de produção e sustentabilidade.

3. Ates: o descompasso entre a proposta e a execução

É evidente que da teoria a prática, isto é, do que está proposto nos documentos para o cotidiano da sua execução tem uma enorme diferença. A possibilidade de viabilização de uma nova Ates, está em aberto e irá

depender da importância que a reforma agrária, vista aqui de forma ampla, terá na agenda nacional nos próximos anos.

A assessoria aos assentamentos não funciona por si só. Ela se viabiliza com êxito apenas como interface de outras iniciativas das comunidades e das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos e territórios em que estão inseridos. Nesse sentido, a própria opção e visão do papel do Estado, a partir dos impactos do neoliberalismo iniciado no governo Collor, tem influência direta em políticas públicas como a Ates.

A década de 80 do século passado é marcada por uma onda de otimismo das possibilidades democratizantes da sociedade brasileira que apontava para um processo de demandas sociais reprimidas anteriormente. Contribuíram para esse sentimento o final do regime militar e início da Nova República, a elaboração da Constituição de 1988 e a campanha presidencial de Lula em 1989. Porém, a vitória de Collor e o impacto da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), foi, paulatinamente, fazendo uma inflexão na agenda nacional: no lugar da premente necessidade de ampliação das políticas públicas inclusivas e democratização do aparelho do Estado que, inevitavelmente provocaria novas demandas sociais, foi colocado à crise fiscal e a importância do controle da inflação como impedimento para se efetivar os avanços sociais exigidos pela sociedade.

No lugar de uma presença do Estado nos destinos da nação, tomou vulto uma receita calcada na privatização do patrimônio público, redução do tamanho do Estado, visto como ineficiente e ampliação do poder do mercado, visto como eficiente. Infelizmente, o que se constatou é que a leitura embalada nos pressupostos do neoliberalismo ganhou enorme terreno no imaginário social, principalmente na maioria daqueles que estiveram e estão em posição de decisão dos rumos das políticas governamentais.

Nesse contexto, o serviço público de Assistência Técnica e Extensão Rural não passou incólume: a Embrater – Empresa Brasileira Assistência Técnica e Extensão Rural foi fechada no Governo Collor e nada de significativo foi colocado no seu lugar. As estruturas das Emater's passaram por profundo processo de sucateamento e redução de seus quadros técnicos. Somente nos últimos anos, esta instituição recuperou uma parte de suas condições de trabalho através da contratação de novos profissionais e recomposição da sua infra-estrutura mínima necessária

(carro, informática, escritórios), além de um processo de capacitação de seus profissionais sob o prisma agroecológico. As organizações da sociedade civil que também fazem o serviço de Ates não possuem estrutura e estabilidade suficientes para desenvolver um trabalho razoável.

Portanto, pensar em uma nova proposta para a Ates, significa enfrentar a lógica neoliberal de redução da importância do Estado, dando-lhe condições e autonomia para pensar o desenvolvimento do país em uma perspectiva de distribuição da riqueza e inclusão social.

3.1. A formação profissional

Para análise das possibilidades de concretização de uma proposta como a sugerida no Manual da Ates é necessário refletir sobre a formação acadêmica dos profissionais envolvidos nas atividades. Até que ponto o conteúdo apreendido nas universidades conflui ou contrasta com algumas propostas centrais da Ates como a perspectiva da agroecologia, metodologias participativas, integração das várias dimensões (produtiva, social e cultural) que marcam os impasses e as potencialidades dos assentamentos rurais.

Em estudo sobre a formação do profissional de agronomia, Moura (2006), analisou a Escola de Agronomia do Ceará, Escola Superior de Agricultura de Mossoró (transformada em Universidade do Semi-Árido) e a Faculdade de Ciências Agrárias de Araripina, fundadas respectivamente em 1918, 1968 e 1986 que significam diferentes fases da atividade agrícola e sua relação com o desenvolvimento. Como conclusão de seus estudos, a autora enfatiza que, apesar de intenções de mudanças curricular, perpassa em todas elas uma formação segmentada, com pouca ênfase no conhecimento social e voltados para a grande exploração. *“Nossa hipótese central é que o agrônomo formado através de modelo de ensino departamentalizado, no qual se privilegia a especialização, voltadas para atividades fragmentárias, que visa treinar técnicos para incremento da produção agrícola, não tem incorporado na formação as demandas e desafios da nova ruralidade”* (MOURA, 2006, p. 107).

Para Dias (2007) os extensionistas, quase como uma regra, se formam em cursos que não os capacitam nem os habilitam para interagir com agricultores, concebendo estes como meros “objetos de intervenção”

ou “público-alvo” e não como potenciais sujeitos do seu próprio desenvolvimento. Propostas de desenvolvimento geralmente definida em gabinetes, longe dos agricultores, em laboratórios, em estações experimentais, nas instâncias governamentais.

Mas o problema da formação profissional não está restrito àqueles ligados as ciências agrárias. Em termo de concepção, pelo menos nos manuais, a idéia de perseguir o desenvolvimento sobre o prisma diferente daquele predominante no auge da modernização da agricultura, incorporou a necessidade de equipes de assessoria multidisciplinares, dando ênfase às questões sociais como centrais na busca do desenvolvimento rural. Porém, o problema da formação dos profissionais da área social exclui a reflexão sobre a questão agrária e o rural atual, tendo como consequência uma atuação profissional com um viés eminentemente urbano.

Enfim, aqui também é importante não departamentalizar a análise. Talvez o mais correto seja uma observação geral sobre a formação universitária, pelo seu distanciamento da realidade dos problemas e da vida da população e das localidades que não estão nos centros dinâmicos social, cultural e econômico. Com essa postura fica difícil absorver para o cotidiano acadêmico a reflexão e a investigação sobre os obstáculos, potencialidades e singularidade que se encontram, por exemplo, em áreas geográficas como o rural e o semi-árido.

4. Considerações Finais: os arranjos institucionais imperfeitos

No caso específico da Ates, as mudanças recentes não foram suficientes para consolidar um formato nacional com o mínimo de coerência prática. Em alguns estados, o serviço está sendo prestado através de licitação; em outros, através de convênio com as Emater's ou entidades da sociedade civil. Essa indefinição tem impedido a continuidade do programa, essencial para o aperfeiçoamento de qualquer política pública. Além disso, a descontinuidade vem provocando um desgaste na sua legitimidade perante os beneficiários, os profissionais e a própria sociedade.

Somado ao funcionamento da Ates, observações empíricas indicam para uma dificuldade também das políticas específicas de incentivo

à agricultura familiar. Não poucas vezes elas são concebidas com propósitos que terminam sendo desviados na sua aplicação. É o caso dos Projetos do Pronaf A, crédito específico para os assentamentos, que tem um histórico de problemas na sua aplicação, inclusive com desvio dos seus objetivos.

Geralmente quando esse é acessado, ainda permanece inexistindo no assentamento infra-estrutura nos lotes e nas áreas produtivas, fazendo com que uma parte significativa dos recursos vá para essa finalidade e não em aplicações diretas que possam dar condições de pagamento (ou capacidade de pagamento no linguajar bancário). Esse “desvio” constitui um dos principais fatores da inadimplência, porque de fato, é difícil pagar, mesmo quando bem aplicado.

Acrescido a esse primeiro aspecto estrutural, tem um sério problema de estrutura institucional que possa contribuir para que o processo de elaboração dos Projetos flua dentro da normalidade, permitindo assim uma boa compreensão sobre o desejo do/a agricultor/a e as possibilidades técnicas de viabilidade da sua proposta. Deixando mais claro, na realidade existe uma incapacidade dos diversos órgãos estatais e não estatais envolvidos com a dinâmica do crédito. INCRA, IBAMA, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Emater e entidades não governamentais de assessoria não conseguem, na prática, dar suporte a toda essa complexidade de acesso ao crédito por milhões de famílias. A luta pela reforma agrária e o reconhecimento da agricultura familiar como demandante de políticas públicas, entre elas o crédito, não foi acompanhada, apesar de algumas iniciativas, por uma estruturação das instituições públicas envolvidas com esse setor.

Em todo o processo do crédito (da concepção, passando pela liberação e aplicação do recurso) os agentes financeiros exercem um papel de destaque. O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) que vem centralizando a maioria das demandas dos assentamentos na Região Nordeste não consegue, pela opção administrativa que predomina nesta instituição, de “enxugamento” do seu quadro, atender de forma razoável as demandas. Apenas para ilustrar: no território do Mato Grande Potiguar existe mais de 4.000 famílias assentadas que, pelas regras atuais, poderiam acessar o crédito ou renegociar sua dívida, além da possibilidade das mulheres e jovens dessas famílias também acessarem o crédito.

O problema é a inexistência de Agências nos municípios inseridos nesse território. As famílias, ou seus representantes, precisam se deslocar a uma das duas agências de Natal para serem atendidas, nem sempre tendo êxito pela sobrecarga de trabalho e demandas dos funcionários.

Um outro fator que contribui para a inadimplência e dificulta a renegociação das dívidas foi o formato como esses contratos foram realizados através do aval solidário, cruzado, etc. Isso provocou um desestímulo de cumprimento dos contratos, pois mesmo pagando suas parcelas, o agricultor continuava inadimplente (ou, como eles enfatizam, continuava com o nome sujo). Somente após muita pressão dos movimentos sociais, foi mudada essa regra, individualizando as dívidas. Mas nesse caso, também entra em cena a dificuldade estrutural das agências financeiras em viabilizar o novo formato.

O que pretendemos realçar nesse artigo é que o centro das nossas atenções e críticas deve se voltar para a dificuldade do aparelho do Estado e suas diversas instituições dotarem estruturas capazes de concretizar as políticas concebidas pelo poder público e conquistadas pelos assentamentos que pudessem viabilizar social e economicamente essa áreas.

Isso não significa não reconhecer os avanços que aconteceram nos últimos anos em termo de apoio a agricultura familiar e a reforma agrária. Mas é fundamental afirmar que tais avanços são insuficientes para o potencial que esse setor pode assumir nos pequenos e médios municípios e, por tabela, na dinâmica social e econômica do Brasil.

5. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. In: *Cadernos de Ciência e Tecnologia*. Brasília: Embrapa, v.15, n.1, jan/abr, 1998.

_____. Estratégias alternativas para a extensão rural e suas conseqüências para os processos de avaliação. Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, XLV, Londrina. *Anais*, 2007.

BAGGIO, R. *As Cinco ou seis principais empresas que dominam a agricultura no mundo têm sedes no Paraná*. IHU On-line, 2007.

BASTOS, F. *Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar*. Campinas: Editora Polis, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília: MDA, 2004.

BUAINAIN, A. (Coord.) et al. *Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos*. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. *Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo/SP: Editora Xamã, 1996.

DIAS, M. Extensão para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “serviço de ATEs”. Brasília/DF: Caderno de Ciência & Tecnologia, 2004.

DIAS, M (Org.) Extensão rural para qual desenvolvimento? *Abordagens atuais sobre Extensão Rural*. Universidade Federal de Viçosa, 2007.

DINIZ, Eli. Em busca de um novo paradigma: a reforma do Estado no Brasil nos anos 90. In: *Reformas Políticas e do estado*. Revista São Paulo em Perspectiva, Vol. 10/N 4. São Paulo: Fundação Seade, 1996.

FERREIRA, Ângela; BRANDENBURG, Alfio [Org]. *Para pensar outra agricultura*. Curitiba/PR: Editora UFPR, 1984.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1971.

_____ *Educação e Mudança*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1978.

GOMES DA SILVA, Aldenôr. Meio Rural: o espaço da exclusão? In: VALENÇA, M. Moraes & GOMES, Rita C. C. (orgs.). *Globalização e Desigualdade*. Natal: A. S. Editores, 2002, p. 163-176.

INCRA. *Projeto LUMIAR: assistência técnica nos assentamentos*. Brasília, 1998.

LEITE, J. Reformas Democráticas e Contra-Reformas Neoliberais. In: *Reformas Políticas e do Estado*. Revista São Paulo em Perspectiva. Vol. 10/N 4. São Paulo: Fundação Seade, 1996.

_____. *A Vingança de Gaia*. 2007. Disponível em: http://www.enlace.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=165&Itemid=36. Acessado e capturado em 11/10/2007.

LEITE, S; HEREDIA, B; MEDEIROS, L. [et al] (Org). *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. NEAD & Editora UNESP, 2004.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Editora da UNICAMP & Boitempo Editorial, 2002.

MEDEIROS, L. *O FSM e a afirmação do campesinato como ator político*. In: *O Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária*. Carta Maior, 2004

MOURA, O. Nova ruralidade no contexto da formação do profissional da agronomia. In: GOMES, A. (Org.) *Da mobilização às mudanças sociais: dinâmicas das novas ruralidades do Nordeste brasileiro*. Campinas: Editora Polis Ltda, 2006.

OLIVEIRA, F. *Crítica a razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, M. A conjugação do crédito rural à assistência técnica no Brasil: análise da experiência brasileira de assistência técnica e extensão rural. In: *Cadernos de Difusão e Tecnologia*. Brasília: Embrapa, v.1 n.1, jan/abr,1984. Plano Regional de Reforma Agrária. Natal: NEAD/INCRA-RN, 2004. Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília: NEAD/INCRA, 2003.

ROSSET, P. *A crise da agricultura convencional, a substituição de insumos e o enfoque agroecológico*. In: CONCRAB (Org). *Reforma Agrária & Meio Ambiente*. Brasília, 2006

SOARES, P; PAULA, D. Uma história recôndita: a orientação socialista e as lutas no campo brasileiro. In: PAULA, D; STARLING, H; GUIMARÃES, J (Org). *Sentimento de Reforma Agrária, sentimento de república*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SCHMITZ, H. 2006. *Ação coletiva com fins econômicos no espaço rural do Pará: problemas e possibilidades*. Belém. Relatório Técnico de Pesquisa/Pará.

SAMPAIO, P. *A reforma agrária que esperamos do governo Lula*. In: OLIVEIRA, A & MARQUES, M (Org.). *O campo no século XXI – território de vida, luta e de constituição da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

SANTOS, B. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SCHNEIDER, S (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2006.

SILVA, J. *A modernização dolorosa*. In: Coleção Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar Editoras, 1981.

WANDERLEY, M. O Lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In _____. *Anais do XXXV Congresso Brasileiro de economia e sociologia rural*. Brasília: SOBER, 1997, p. 39.